



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682547 - SP (2021/0233676-0)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : ALEX GALANTI NILSEN
ADVOGADO : ALEX GALANTI NILSEN - SP350355
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VAGNER TARQUINIO DE MELO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VAGNER TARQUINIO DE MELO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2152164-81.2021.8.26.0000).

O paciente teve o pedido de progressão ao regime semiaberto deferido pelo Juiz da Execução Penal em 27/4/2021 e, até a presente data, segue cumprindo pena em estabelecimento destinado à forma mais gravosa de resgate da pena.

Impetrado *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, a ordem foi denegada, com determinação para que a autoridade judiciária acompanhe o processo de transferência.

A impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que o apenado estaria cumprindo pena em regime mais gravoso, ao qual não pertence.

Alega que, em casos semelhantes, teria sido deferido o regime mais favorável até o surgimento de vaga no adequado.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem de *habeas corpus* a fim de que o paciente seja transferido, imediatamente, para o regime prisional semiaberto ou, alternativamente, na ausência de vaga, seja-lhe deferida a prisão albergue domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, especialmente porque o acórdão impugnado consignou que "*todas as providências cabíveis ao juízo já foram adotadas visando a célere remoção do Paciente, ao que bastam somente atos administrativos pertinentes*" (e-STJ fl. 68).

Ademais, a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça firmou a tese de impossibilidade de concessão imediata de prisão domiciliar sem previa observância dos parâmetros traçados no RE n. 641.320/RS, *in verbis*:

"A inexistência de estabelecimento penal adequado ao regime prisional determinado para o cumprimento da pena não autoriza a concessão imediata do benefício da prisão domiciliar, porquanto, nos termos da Súmula Vinculante nº 56, é imprescindível que a adoção de tal medida seja precedida das providências estabelecidas no julgamento do RE nº 641.320/RS, quais sejam: (i) saída antecipada de

outro sentenciado no regime com falta de vagas, abrindo-se, assim, vagas para os reeducandos que acabaram de progredir; (ii) a liberdade eletronicamente monitorada ao sentenciado que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas; e (iii) cumprimento de penas restritivas de direitos e/ou estudo aos sentenciados em regime aberto."

(REsp n. 1.710.674/MG, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 3/9/2018).

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem e ao Juízo da Execução, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência